

BRASÍLICOS ILUMINADOS NAS CORTES DE JOÃO V E JOSÉ I

Maria de Santa-Cruz

Apesar de escrito para uma revista brasileira – já que, em Portugal, editores e academias não se mostram interessados nos ensaios sobre o Brasil –, peço permissão ao Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro (um verdadeiro templo do Livro, com altares para Camões e Pessoa), para dedicar este modesto estudo aos portugueses que desprezam ou desconhecem A CULTURA E LITERATURA BRASILEIRAS e, em especial, àqueles que começaram, apressadamente, a ler alguma coisa sobre o Brasil nas vésperas das Comemorações dos 500 anos do Achamento.

O SÉCULO XVIII em geral o português em particular ficou, durante quase duzentos anos, no limbo do esquecimento, no limiar da nossa ignorância, e ainda hoje muitas das manifestações culturais de Setecentos continuam, na verdade, a ser desprezadas, quase sempre pelo seu excesso de pompa e circunstância, pelo *preciosismo* da linguagem, mas sobretudo pela interpretação linear do que nos parece óbvio, já que seria árdua e morosa a tentativa de uma contextualização, em vez da rapidez e ligeireza com que pretendemos transcontextualizar.

Só nos anos 30 do século XX, historiadores como Damião Peres (1934) começaram a entender como estratégia política necessária a “dissipação” de D. João V e a “hipocrisia” e “fanatismo” de que, tradicionalmente, era acusado aquele a quem Oliveira Martins chamara “o rei brasileiro, rico sem saber como”. Apenas a diplomacia do fausto e as dispendiosas relações com a Santa Sé, seguindo o exemplo de outros reinos católicos da Europa “política e polida”, conseguiriam o reconhecimento do nosso desprezado país. Até a vertigem da magnificência e a megalomania podem ser justificadas, numa das sucessivas épocas em que o poder maior e mais centralizador continuava a ser o da Igreja romana.

Do balanço do século XX constam, hoje, os numerosos e variados pedidos de desculpa ou as exigências mais ou menos veladas de devolução de riquezas, como se a História permitisse recuos ou emendas, como se a História e os homens que a fizeram pudessem ser julgados, condenados ou perdoados, muito tempo depois, perdidas ou esquecidas ou desprezadas algumas das circunstâncias. Como se a História e os homens de hoje não estivessem prontos a cometer ou a ressarcir erros semelhantes, protegidos por altas tecnologias. O efeito maior é o de velarmos os crimes actuais de toda a ordem, a espoliação dos povos, a nova espécie da escravatura antiga – que, hoje, todos afirmam condenar –, os grandes impérios, outros tráficos, e o fausto, enfim, o novorriquismo da nossa restrita *civilização*, desculpabilizada, leviana ou autista, encantada com o lucro fácil.

Lembremos a repetida pergunta: Onde está grande parte do ouro proveniente do Brasil, os restos que chegavam do “quinto” e das “derramas”, o ouro que, por direito, talvez devesse pertencer, hoje (pela *lógica* dos pedidos de devolução e de desculpa), aos mais directos e discretos descendentes dos escravos que o extraíram da terra e dos rios do Brasil? Uma possível resposta abreviada: na Urbe e vilas dos arredores. Directa ou indirectamente, o ouro e as pedras preciosas “dalle terre brasiliane”, diz um cronista romano de Setecentos,¹ estão, por exemplo, na riquíssima Biblioteca “Eborensis” de Ara Coeli; nas estátuas dispersas, as da Basílica Petriana e outras; na construção dos Conventos de Via Conodotti, de Staliberata em Sant’Angelo, com igreja anexa, no Convento del Paradiso em Viterbo, nos de Bolsena e Nemi, no de Caprarola em Tívoli; em numerosas gravuras, desenhos, letras, tiragens, etc. do Capítulo Romano; no Hospício de S. Giuliano; nos restauros do campanário de S. Francesco em Ripa, da capela Savelli, do convento de Sta Maria em Palazzola, entre outros; nas talhas do Coro do convento de Ara Coeli; em órgãos, altares, quadros, campanários, longas tapeçarias, pratos, pinturas, esculturas, castiçais, relicários, paramentos, projectos arquitectónicos e edificações, lautos banquetes e serviços de fina porcelana e prendas concedidas ao Papa e à Cúria. Só o cálix de ouro (do Brasil) com lapislazúli, oferecido a Bento XIV, custou 1.100 escudos; uma capela na Chieza Nazionale, terminada após a morte de João V, 10.000 escudos.² Isto sem falar nas encomendas e contratos com artistas e técnicos romanos para idênticos trabalhos em Mafra, Évora e Lisboa.

Assim, il Portogallo recuperou o seu prestígio em Roma; o rei obteve o título de Fidelíssimo; os bispos romanos das dioceses portuguesas atingiram, finalmente, o cardinalato – a mais teimosa luta de João V com sucessivos Papas; o clero brasileiro e outros intelectuais da época estudaram, foram aceites e reconhecidos em Roma. Em 1742, quando o Rei ficou paralisado do



D. João v

lado esquerdo, o Papa Bento IV deslocou-se a Santo António dos Portugueses para rezar missa por sua intenção. O restabelecimento do monarca foi, por isso, considerado uma espécie de milagre, e o Papa escreveu mais uma das suas agradecidas cartas ao Fidelíssimo, demonstrando o seu regozijo. Não se poderá estranhar o “Aparato fúnebre de D. João V de Portugal” (agora, encomendado e pago por D. José) que teve lugar na Igreja de Sto António dos Portugueses, onde entre outras estátuas (agora, em estuque imitando mármore), se destacava a do rei erguido, segurando na mão direita a Igreja e, na esquerda, um ramo de oliveira.

A Arcádia Romana, grandemente financiada pelo Magnânimo – onde o Rei, em 1721, fora aclamado Pastor arcádico com o nome de “Arete Melleo”, que pertencera a Clemente XI –, recebe os árcades ilustres do Brasil, que a ela recorrem para investigações eruditas e históricas; a Arcádia Lusitana torna-se filha legítima da Romana, e, no Brasil, cria-se, com intuítos semelhantes, a Academia Ultramarina.

Também nas principais cidades do Brasil, para onde João V devolvera, em valiosas peças sacras, algum do ouro e da prata da mineração, se realizaram sumptuosas cerimónias fúnebres, e alguns escritores, como o bahiano João Borges de Barros e o mineiro Francisco Xavier da Silva, escreveram panegíricos e elegias, em verso e prosa, e a relação das honras funerárias do benemérito rei, com a lista das oferendas recebidas nas igrejas brasílicas. A *Relação Panegyrica* (1753) recolhida por Borges de Barros inclui, para além dos seus próprios textos, os de mais de trinta outros escritores brasílicos e de alguns moradores portugueses, que assinam suas composições, sem falar dos que preferem o anonimato. Rubens de Moraes (1969), que descreveu em pormenor a grandiosidade e luxo do volume que possuía, considera-o “uma verdadeira antologia da poesia nacional do séc. XVIII”, pois “grande parte das composições são de autores brasileiros e não foram mais reimpressas”. Acrescenta ainda o bibliófilo paulista que muitos desses autores pertenciam às Academias dos Esquecidos e dos Renascidos. Outra colectânea deste conjunto dedicado ao Fidelíssimo é a que Gervásio do Rosário recolheu, *Gemidos Seráficos...* (1755), constituída, em grande parte, por Orações e Sermões de padres nascidos no Brasil.

Indo e vindo de Roma e de outros lugares da Europa ou estabelecendo-se em Portugal, a intelectualidade brasílica juntava-se ao grupo de outros Estrangeirados e, em meios mais restritos, reuniam-se os “paisanos” (no sentido de companheiros com o mesmo país de origem), constituindo uma Corte paralela, unida por contrato de secretismo.

Grande número dos intelectuais do Setecentos *português...* são “brasileiros” (palavra ainda evitada na época) que se instalam na Corte,

preparando-se, mais ou menos conscientemente, para dirigirem o seu reino natal; subvertendo, mais ou menos veladamente, o absolutismo, a centralização e o fausto do “rei brasileiro”, porque, por intuição ou conhecimento prático, saberiam que, necessária e imprescindivelmente, nada se modificaria no estado do Brasil se muita coisa não mudasse no reino imperial. Estes foram os primeiros brasílicos que “fizeram” a Europa, onde sofregamente beberam as novas filosofias libertárias.

Do Brasil regressavam, enriquecidos, alguns portugueses que haviam “feito” a América. Escolho, entre os primeiros, os Gusmões e, entre os segundos, a família D’Orta – nome da linha feminina, nobilitada pelos títulos que João V concedia no Brasil, a troco de lealdade, iniciando assim a novel aristocracia brasílica.

Alguns dos feitos dos irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão – naturais de Santos, São Paulo, de uma família de cristãos-novos, afilhados e protegidos do Pe. Alexandre de Gusmão,³ que lhes empresta o nome – são por de mais conhecidos de portugueses e brasileiros. Um, lendariamente perpetuado como Padre Voador por ter projectado a construção de uma Passarola; o outro, por ter sido Valido de João V e por, em nome do rei, ter discutido e assinado o Tratado de Madrid. Antes do sonho de grandes voos, o Padre Bartholomeu de Gusman fazia e publicava os seus sermões, como aquele que proferiu, em 1718, na “última tarde do Tríduo”, dirigindo-se aos “Académicos Ultramarinos” e aos estudantes, também naturais do Brasil, que cursavam na Universidade de Coimbra e festejavam o dia de Nossa Senhora do Desterro. Nesse Sermão, que eu tenho como um dos textos modelares da “Canção do exílio” do romântico Gonçalves Dias, Bartolomeu chama “pátria” a sua terra natal e, continuando o ufanismo iniciado no princípio de Setecentos por Botelho de Oliveira, compara as excelências do Brasil à apagada tristeza de Portugal, iniciando a longa exiliografia brasileira:

... /Todos os estudantes/deyxão a pátria, mas os que não são Ultramarinos deyxão-a para a tornar a ver todos os annos./.../ Quem ha que vendo o sol voltar todos os annos à mesma casa donde sahio, & vendo-se fóra da sua, o não combatão as saudades da pátria? O coração se apérta & se angustia, os olhos apenas retem as lágrimas, a memoria nos afflige sem cessar, o sitio da pátria, as conversações, os amigos, as sahidias, os divertimentos, tudo nos anda diante dos olhos, tudo nos martyrisa. Este ar era mais benigno, as aguas mais puras, o inverno não era tão aspero, as arvôres nunca eu as vi lá em folhas, os campos nunca lá estavam sem fruto. Que tristes correm agora as fontes, & que alegres as vi eu já correr em

quanto Deos quiz. Ah pátria, quão longe estás! As tuas mesmas pedras, os teus mesmos matos incultos & asperos, que alívio me não dariam agora se pudesse vellos!”

O sentimento do desterro ou do exílio pressupõe o desejo de regresso à tribo (ou das tribos). O passado presentifica-se na errância que o conhecimento exige, nos lugares não nomeados, nas acções e na palavra que parece preconizar um futuro longe do centro ou projectando outro centro, exterior ao do exílio: a terra da promessa, o mundo habitável. A distância que os separa da pátria desejada torna possível a reinvenção do espaço para onde se pretenderia voltar (mas grande parte desses intelectuais, Bartolomeu de Gusmão inclusive, nunca mais regressa).

As lendas dos povos errantes, baseadas nas profecias do Antigo Testamento, aliam sempre a errância ao cativo e pre-anunciam o regresso triunfal: doutrinas messiânicas de origem judaica, mas também as neocristãs, como as de Bandarra e Vieira.

No final da sua vida em Portugal, depois de perseguido pela sua ambição de Ícaro, e antes de ser obrigado a fugir, de novo, agora para Espanha (em 1724), onde não logra evitar os interrogatórios da Inquisição, Bartolomeu, o genial inventor frustrado, transporta-se pela alucinação a um mundo místico *sui generis*, num exagero que aliaria a origem judaica de sua família e a religião que por tantos anos ministrara, ou que revelaria o regresso às práticas judaizantes, e chega a julgar-se o messias, o redentor do povo de Israel anunciado pelos Profetas, constando que a sua imaginação turbada idealizara usar a Passarola para aniquilar todos os reinos, de que o império universal judaico se apossaria, nomeando-o seu rei e senhor. Onde se localizaria esse império futuro no delírio do brasílico Padre Voador, ao agonizar em Toledo?

O irmão Alexandre, o Valido de João V que tenta alargar e traçar definitivamente as fronteiras do Brasil, também enviado em missões diplomáticas a Roma e a outros estados da Europa, cedo revela o seu pendor pela criptografia. Descobriu os códigos secretos dos representantes de Roma e de França na Corte lisboeta, além de outros, menos complexos, de particulares, pois teria sido obrigado a violar a correspondência diplomática. Para o serviço do Rei, inventa códigos (*Novo Método de Cifra para Correspondência Diplomática...*) que, segundo Jaime Cortesão, “nem o lince mais perspicaz neste estudo pudesse nunca descobrir”. Ainda na Corte, revela-se uma espécie de tsmógrafo ou fazedor de leis, algumas delas contrariando o fausto que se instalara endividando as famílias, como a “lei

sumptuária”; outras, como a “lei dos Casais”, criando condições para enviar colonos açorianos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Escreve églogas e sonetos – onde desloca o monoteísmo cristão para a mitologia grega⁴ ou revela o didactismo paternal de uma ética e uma espécie de solipsismo aconselhado que iniciaria uma ascensão por mérito próprio, baseada no auto-conhecimento⁵ – traduz Metastasio; na juventude, escreve e traduz comédias; é autor da *Relação da entrada* do Conselheiro do Rei, D. Luiz da Câmara, em Paris, em 1715, em que fora mestre de cerimónias da Embaixada – único escrito publicado com o seu nome durante a sua vida. Depois da sua morte, para além dos textos que lhe foram atribuídos, vão sendo publicados os inéditos, os dispersos por periódicos, alguns trabalhos de economia e as *Cartas*, revelando, nestas últimas, a perseguição de que se julga alvo, o aborrecimento que sentia pelo Conde de Oeiras a quem chama “Baxá” e em quem parece adivinhar o futuro déspota iluminado, as estreitas relações com Teresa Margarida da Silva e Orta e sua família, e as intrigas que levaram o Rei ingrato a esquecer tantos serviços prestados. Alguns dos escritos dispersos foram, posteriormente, atribuídos a outro dos seus irmãos, Pe. Inácio Rodrigues, o único que usa o nome da família e não adopta o do padrinho Gusmão. Dos registos da Maçonaria consta a iniciação de Alexandre numa loja de França. Durante as suas numerosas viagens, tomara, por certo, conhecimento das modernas filosofias tidas como heréticas na Península, como as que inspiram a Maçonaria; e do racionalismo cartesiano, do empirismo de Locke, do direito natural de Grotius e do jusnaturalismo de Pufendorf. Os escassos textos literários da maturidade aproximam-se mais do espírito filosófico de inspiração lockeana – tão importante, mais tarde, na libertação e formação dos Estados Unidos da América e de outros estados do Novo Mundo.

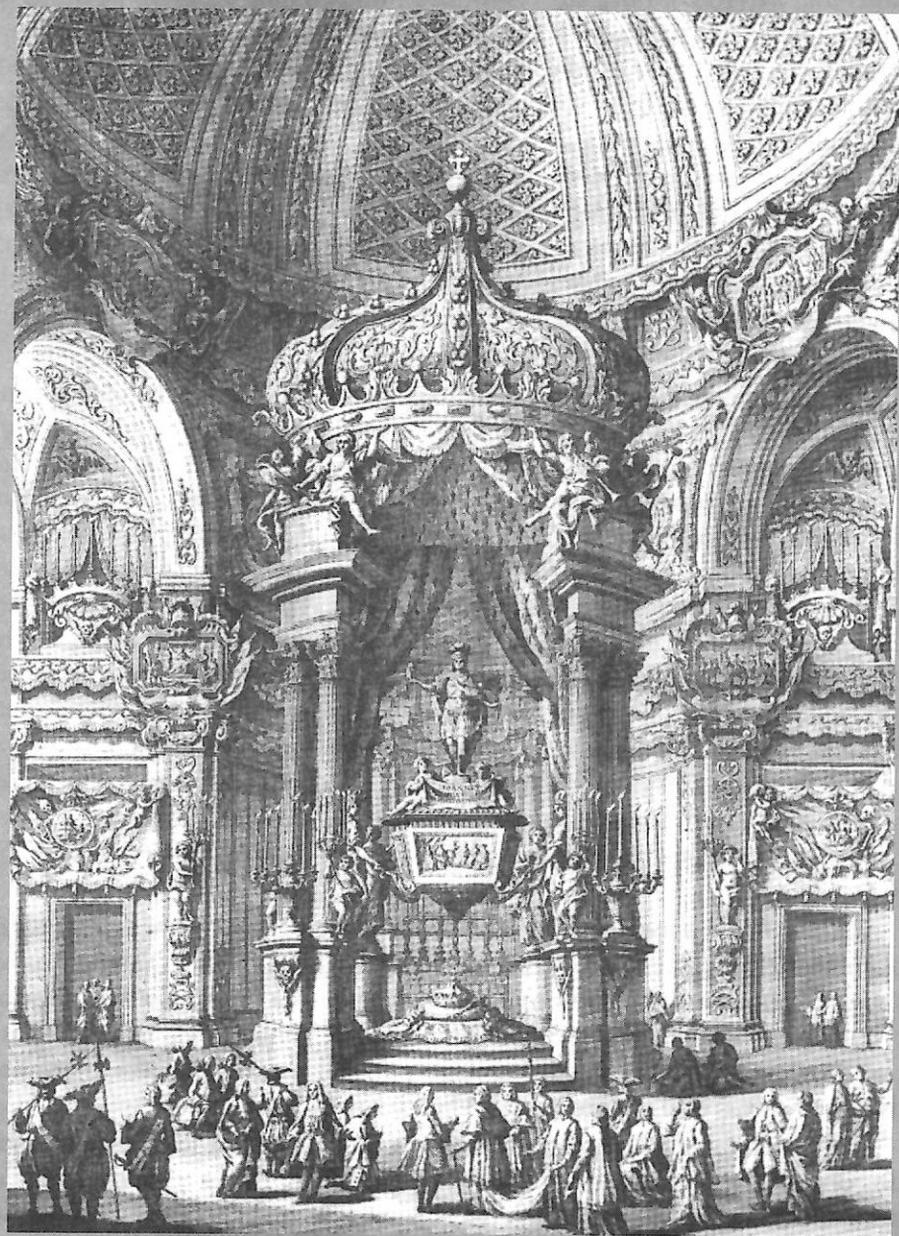
Alguns dos pontos específicos do programa político do Valido – propostos a João V, que recusou muitos deles –, destacados por alguém como Jaime Cortesão (1950), que conhece o conjunto da obra de Alexandre, coincidem com os do “programa” de Diófanes, personagem do romance de Teresa Margarida da Silva e Orta: ⁶ “*mandai que não saia para fora a vossa moeda*” – proposta de Gusmão ao Rei, num dos seus discursos; “*as leis severas e rigorosas fizeram-se mais para terror que para se executarem sempre*” – moderação recomendada em carta ao desembargador Costa Quintela;⁷ “*favorecei as fábricas e premiai as que se intentarem*” – política dos Condes da Ericeira que Gusmão perfilharia, como desassombrado amante do progresso e do investimento; “*Dai inteira liberdade ao comércio com favoráveis direitos*” – uma das directrizes do sistema de capitação forjado pelo Valido, já que o comércio estava arruinado por falta de

privilégios; “ordenai que se castiguem as negligências e demasiado fasto” – da lei sumptuária, que isto prescrevia, assinada em 1749; “Mandai moços nobres e bem instruídos para Reinos estranhos /.../ e assim achareis sujeitos capazes quando vos forem precisos” – conselho de Gusmão que João V aceitara, por exemplo em relação a Verney, e que teria certamente constado na Corte. E muitas outras máximas e reflexões de carácter ético-governativo, nada estranhas aos escritos diversos do escrivão da puridade.

Das *Cartas* de Alexandre de Gusmão poderíamos salientar muitas das que declaram ou demonstram, na prática, os hábitos de fingimento e de procuração a outrem da escrita própria, ainda que muitas vezes justificados pelas circunstâncias do cargo ou outras.⁸

Antigo estudante da Sorbonne, por ela bacharel em Direito, Alexandre conheceria, em profundidade, as obras francesas e, em Roma, tivera oportunidade de estudar os escritores italianos; na sua qualidade de “ultramarino”, não desprezaria a frequência e crítica dos espanhóis; os ensinamentos de filósofos ingleses como Locke, pai da Maçonaria, e o seu empirismo estabeleceriam o contraponto ao inatismo de Descartes e à suficiência optimista do Iluminismo francês. Locke poderia ter sido estudado através das traduções francesas, desde 1700, e pela divulgação das suas idéias feita por Voltaire nas *Lettres philosophiques ou Lettres anglaises* (1734). Nas suas viagens, Voltaire testemunhara, entre muitas outras coisas, o facto de doutrinadores, poetas e moralistas tecerem louvores ao comércio liberal, chegando a considerar o comerciante expedito como benfeitor da humanidade (Lettre X). Aos raciocínios dos clássicos gregos, dos padres da Igreja, dos escolásticos, de Descartes e Malebranche, que teriam feito “*le roman de l’âme*”, Voltaire contrapõe Locke, “*qui en fait modestement l’histoire*” (Lettre XIII). Algumas dessas doutrinas foram defendidas ou experimentadas pelo *iluminado* Alexandre na Corte de João V.

O direito de rebelião, legitimado pelo estado natural ou de natureza (Pufendorf) tornara-se, no séc. XVIII, uma moda ou monomania que substituiu a longa lista de deveres humanos a que se submetera o pensamento de Seiscentos, curvado perante o *direito divino* (herdado, directamente, pelo Papa e pelos monarcas). Entende-se, em Setecentos, que o poder absoluto é incompatível com a sociedade civil, pois o direito divino nunca conseguira fundamentar, racionalmente, o poder de um só homem sobre todos os outros (e, ainda menos, sendo um Rei “estrangeiro” a dominar em terra alheia, que nunca pisara sequer). À idéia de *estado natural* que se contrapõe à de sociedade política, Locke acrescentara a de civilização libertadora: o ser humano não nasce *num estado de igualdade*, nasce *para* esse estado.⁹ Segundo Paul Hazard (1935), comentarista de Locke, *Two treatises of*



Aparato Fúnebre de D. João V

government (1689), obra de vislumbre (ainda hoje) utópico, poderia ter como lema: “*Liberdade e igualdade*” (*ainda que tarde...*). Para o estabelecimento da desejada felicidade na terra, Locke faz apelo à virtude da tolerância, que admitiria todas as opiniões, mesmo e sobretudo as dos livre-pensadores, que grassam já no final de Seiscentos e penetram, para se instalarem, no século das Luzes. Locke fora “o apóstolo da revolução / inglesa / de 1688, a mais moderada e bem sucedida das revoluções” (B. Russell, 1961). Nele se vem a inspirar a própria Constituição dos Estados Unidos da América, onde é explicitamente citado. As teorias lockeanas do modelo governativo ecoaram e ecoam no Brasil. Inegável, desde a Conjuração Mineira, a fascinação dos brasileiros pelo modelo dos Estados Unidos.

Ao sentimento de errância e exílio dos brasílicos em Portugal, de que acabámos de ler um exemplo no Sermão de Bartolomeu, vem juntar-se o empenhamento político do Valido de João V no sentido de programar um verdadeiro e pragmático progresso no país imperial, baseado no desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, das artes e das novas idéias, para assim conseguir a auto-suficiência que *libertaria* Portugal da dependência económica das fáceis riquezas vindas do Brasil. O objectivo final (na época, ainda considerado tão impraticável como os altos voos de Bartolomeu), de Alexandre de Gusmão e do alargado número de ultramarinos naturais do Brasil que invadiu a e se instalou na Corte de João V, seria o da conjuração contra o rei absolutista. Podem, creio eu, ser considerados Inconfidentes *avant-la-lettre*. O Rei e a Corte acusaram-nos de conjuração, embora sem provas concludentes, pois o vínculo ao possível contrato de secretismo fora mais efectivo que o do futuro grupo de Vila Rica.

João V, dissipador de títulos nobiliárquicos no Brasil, nunca promulgou o de “Príncipe”, que o Papa concedera a Alexandre de Gusmão no final da sua proveitosa missão diplomática em Roma, pelo que o ilustre Valido o considerava ingrato. Para o povo foi mais fácil, e seria mais eficaz o provável castigo, acusá-los de práticas judaizantes, em boatos e canções denunciadoras que se cantavam pelas ruas lisboetas.

Desvirtuada – como sempre acontece a toda a teoria doutrinária quando, da contemplação primeira, se pretende passar à prática – e à distância de uma escassa década, a política de Gusmão ou que as obras de Gusmão adoptam será, de algum modo (segundo Camilo Castelo Branco), inspiradora do futuro Marquês de Pombal. O ministro de José I possui, na verdade, algo do Valido a quem o rei confia o poder e muito do sábio soberbo que A. de Gusmão adivinhara nas suas *Cartas*.

Apesar da proclamada “atual falência das utopias”, nenhum dos notáveis comentadores do Brasil que conhecemos deixa de enraizar no Iluminismo o pensamento brasileiro, nem nega à importância da razão pragmática, salientada pelos iluministas, o seu espírito contrário ao *statu quo*, a sua intenção progressista, origem da actual “cruzada racionalista que toma de assalto a inteligência brasileira”¹⁰. Só a brasileira? Onde se inspirou o neoliberalismo desenfreado deste fim de século, que do liberalismo teórico de Setecentos *apenas* parece ter esquecido a busca da sabedoria, a prudência e a ética?

Raras foram as famílias portuguesas, ou luso-brasílicas por casamento e mestiçagem, verdadeiramente enriquecidas no Brasil, que regressaram a Portugal. Voltavam os que não tinham alcançado riqueza ou os que, como os futuros “brasileiros” (nem sempre) ridicularizados por Camilo, se contentavam com algum dinheiro amealhado, facilmente transportável. Lavras, minas e outros imóveis, para além da sedução dos grandes espaços brasílicos, fixaram na terra dadivosa os que para lá foram e lá criaram os filhos, limitando-se a mandá-los estudar para depois regressarem e tomarem conta dos negócios paternos (costume mais generalizado no séc. XIX, de pelo menos um dos filhos do grande proprietário ser bacharel ou doutor). O esquecimento deste facto gerou, ao longo do último século, um grande mal-entendido. Os portugueses do séc. XX são considerados, com frequência, os descendentes dos grandes exploradores de lavras e minas, esclavagistas e bandeirantes que “fizeram” o Brasil (assim como outros europeus de várias paragens que desde o primeiro momento acompanhavam os portugueses das caravelas e depois engrossavam, como mercenários, os exércitos particulares dos bandeirantes). Os descendentes desses exploradores e bandeirantes são, na verdade, os Brasileiros. Infelizmente, os portugueses cujos tetravós nunca saíram de Portugal descendem, em linha directa, do Velho do Restelo.

Uma das excepções é a da família de José Ramos da Silva, considerado, no início do séc. XVIII, o homem mais rico do Brasil e de Portugal, para onde regressou com sua esposa, Dona Catarina d’Orta – mestiça que recebera terras brasílicas e título do rei português –, seus filhos, nascidos no Brasil, como a mãe (entre os quais se notabilizaram Matias Aires e Teresa Margarida da Silva e Orta) e o séquito de escravos e outros servidores – colunas firmes e transmissoras de uma cultura de confluência de várias culturas.

Da casa grande onde nasceram e passaram a infância (na rua do Ouvidor, em São Paulo, tomada mais tarde para palácio do Governador César de Menezes), Teresa Margarida deu entrada no colégio das Trinas, onde já se

concedia às meninas nobres do “século das mulheres” o privilégio de aprenderem Astronomia, Filosofia, Oratória, Línguas, Poesia e Música. Ao contrário de suas irmãs, também destinadas ao Convento por vontade do pai e do irmão morgado, Teresa d’Orta rebelar-se, recusa a vida do claustro e despreza o dote adiantado pelo pai às Trinas. José Ramos da Silva, então já familiar do Santo Ofício, cavaleiro da Ordem de Cristo e provedor da Casa da Moeda, é acusado pela filha de a ter encarcerado e mal tratado, porque ela, por expediente, lhe anunciara uma falsa gravidez, para o obrigar a permitir o casamento com Pedro Jansen van Praet, o amante sem morgadio. Por intrigas deste teor, consegue a rebelde adolescente enviar uma petição ao Arcebispo de Lisboa, acusando o pai de maus tratos e de “privação da liberdade legítima”, mantendo a falsa gravidez e declarando temer que “/seu/ pai busque meios para lhe embaraçar, o que facilmente conseguirá por ser homem poderoso pela sua riqueza, subornando as pessoas que para isso lhe parecem necessárias.”¹¹ Com esta denúncia (sua primeira vitória retórica), consegue do Arcebispo a dispensa dos banhos e a licença pedida: “receber-se por procuração”. O casamento, sem a presença da noiva, que se encontra cativa do pai, celebra-se em janeiro de 1728. Teresa Margarida, seu marido e os doze filhos que lhes foram nascendo (e, muitos deles, morrendo na tenra idade) habitam um palácio da Lisboa de leste, junto ao arco de S. Vicente de Fora. Dama da Corte de João V, vive a vida fútil, faustosa, endividada e agitada por intrigas, dos cortesãos do Magnânimo, tendo sido acusada por seu irmão de “gastos, desmandos e roubos” da fortuna do pai, de que Matias Aires se considerava herdeiro universal, por direito de primogenitura e por ser o único filho varão. O casal Orta-Van Praet esbanja, em utópicos negócios no Maranhão – impedidos pelo Ouvidor-Mor e outros moradores, entre os quais um emboaba francês a quem o Ouvidor entrega o engenho de serração de madeiras, considerado o mais avançado e bem organizado do tempo, donde a família nunca chega a receber dividendos.

Em paralelo com o fausto e as quezílias financeiras, a erudita preciosa escreve e publica, em 1752, com o criptônimo de Dorothea Engrassia Taveda Dalmira, *Máximas de Virtude e Formosura ou Aventuras de Diófanes...*, que desde a 2ª edição (1777) passa a ser conhecido por *Aventuras de Diófanes*. Quarenta anos antes de *Vindication of the Rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft, a “paulista insigne” (possivelmente auxiliada por ou até tendo como co-autor Alexandre de Gusmão, conterrâneo, frequentador de sua casa e da Corte e padrinho de dois dos seus filhos) tem a ousadia de reivindicar os direitos das mulheres, em especial o de adquirirem conhecimentos nas aulas, “em que / eles / não teriam lugar se elas as frequentassem”, e o de escolherem marido de sua vontade, já que, ainda

no seu tempo, “Os pais, cegos pela avareza e encantados pela suavidade de seus interesses, casam as filhas dotadas de vivacidade e mais graças do Céu com maridos cheios de vícios e achaques”. Às máximas “feministas” aliam-se as governativas, ainda em maior número, seguindo as idéias políticas experimentadas ou pretendidas por A. de Gusmão e a filosofia de confluência de outras filosofias (de Platão a Locke), em voga noutros países do século das Luzes. Publica-se, assim (e repare-se nas datas da 1ª e 2ª edições, correspondentes aos períodos de maior permissividade da Censura, ou seja, respectivamente, depois da morte de João V e da queda do Marquês), o 1º romance de língua portuguesa assinado por mulher, o 1º a defender os direitos femininos e também o 1º a denunciar o absolutismo, e aquele em que, hermeticamente, se conta a história ideada de uma família de príncipes feitos escravos em terra estrangeira, perseguidos e acusados de conjuração. Diófanos, que poderá figurar o próprio Alexandre de Gusmão, já que se trata de um *roman à clef*, é o sábio Valido preterido pelo rei “frouxo”, “nem casto nem cauto”. Esta família romanesca, porém, regressa, no final e em triunfo, à sua pátria, onde acaba com “toda a espécie de escravatura”.

Entre outras peripécias, em muito semelhantes às dos romances gregos ou áticos de Longus, Heliodoro e Aquiles Tácio, com naufrágios, experiência de escravidão, muitas lágrimas e máximas e a ambiência bucólica da Arcádia, alguns dos naufragos chegam a um “reino de bárbaros” que “viviam em contínua guerra entre si”. Durante alguns anos, ensinam-lhes, pelo trabalho e criação de leis “justas”, a agricultura, o comércio, a indústria, artes e artesanato, a estratégia. O príncipe estrangeiro, chefe da expedição, é proclamado rei pelos “bárbaros” convertidos ao trabalho e ao progresso. Aconselhando-os a procurarem quem os governe “entre os naturais”, “pois são grandes e algumas vezes irreparáveis os danos que se seguem de ser o soberano estrangeiro”, o rei eleito pelos ex-bárbaros tem de fugir à missão a que fora obrigado, pois pretendia continuar a sua busca e regressar ao seu reino de origem.

Será muito difícil, apesar do hermetismo de algumas das mais de duzentas páginas, entender o prognóstico ou o destino calculado deste e do outro reino, que o romance, usando de uma exotopia necessária para fugir às Censuras, coloca nas mais originais ilhas gregas? Sem falsa modéstia, só quase 250 anos depois da 1ª edição se começou a compreender assim este romance.

A causa primeira (ou segunda) do desprezo a que fora votado, por comentadores portugueses e brasileiros do séc. XX (já que as críticas do tempo, incluindo as dos Censores, são altamente encomiásticas), seria a

complexa (e subversiva) retórica com rasgos ainda barrocos, por vezes excedendo-se, ornada e figurada, alegórica e messiânica; outras vezes, inovando, com seu sentimentalismo proto-romântico, de catarse e “comunicação patética”: o reino dos “bárbaros” encontrado esperará mais de 70 anos pela aparente independência e quase 130 anos pela (falsa) abolição da escravatura. Preciosamente eclético e obscuro, sinuoso e labiríntico, o 1º romance escrito por um/a brasileiro/a procura fazer o balanço de um passado cultural e dele recolher, em síntese, o modelar futuro a que aspiram os exilados em terra estrangeira. Também lhe acusaram o lacrimejar piegas, que provaria a autoria feminina: o que nem sequer é verdade, já que também existem episódios proto-naturalistas, como o que é vivido pela Mãe na Ilha da Morte e aquele em que se descrevem as impiedosas execuções de aristocratas acusados de abuso do poder pelo déspota iluminado.

Primeiro e único romance doutrinário verdadeiramente iluminista, nele se pratica uma crítica constante e racionalizada. Para além dos ideais de autonomia e de libertação pela Razão, nele encontramos a moral pragmática. Nele dialogam as duas facções iluministas: um iluminismo renovador, que constantemente denega ou parodia, pondo em paralelo, filosofias e escritos anteriores; e um iluminismo conservador, que preserva a ordem estatuída. Nele se fccionam dois tipos de governação: uma, ainda herdeira de Morus, teorizada e tentada por Diófanos no reino de Anfiarau-João V (Livro IV) e praticada com dúvida metódica por Anteo no “reino de bárbaros” (final do Livro VI); a outra preconiza o terror do despotismo iluminado no reino imperial de Arnesto (Livro VI). De um modo geral, neste romance em que, pela sua estruturação e construção voluntária do enigma da autoria, se perde a origem ou as origens (incluindo as do EU, que aparece como dialogante e colectivo, sempre dúplice e travestido), o *mythos*, a palavra da imaginação, o romanesco, as visões fantásticas, os terrores e desejos, o sensível está, sobremaneira, no discurso das personagens femininas, em especial no da Mãe; e o *logos*, a palavra da Razão, encontra-se no discurso das personagens masculinas e no da princesa Beraniza, “a de ânimo varonil”. Os espaços são os da viagem, da Arcádia – onde se curam as doenças da Corte e se repousa, medita e chora –, o espaço da Corte e o do Medo, para não aludir ao englobante espaço da Palavra destes contínuos diálogos entre os “paisanos” errantes, que se não reconhecem ou não se revelam, embora pertençam à mesma *família*.... A intriga obriga a um contrato de secretismo para preservarem as suas vidas e continuarem a sua peregrinação pelo mundo, antes de regressarem à pátria.

Depois da morte de João V, Teresa Margarida continua como dama da Corte de D. José. Terá, como muitos brasileiros da época, auxiliado o Conde de Oeiras no processamento da expulsão dos Jesuítas do Brasil, embora não chegue a terminar o trabalho que o Ministro lhe encomendara – Relação ou Diálogo –, “em que se liam os erros dos P.P. da Companhia”, como ela própria diz em carta a Frei Manuel do Cenáculo, pois o futuro Marquês, entretanto, propagandeara outra *Relação*, traduzida e distribuída em vários países da Europa. Muito provavelmente, esta Relação será da autoria do irmão do Ministro, Salvador Furtado de Mendonça, governador do Pará. Por outras “cavilações, enredos e furores”¹² da Corte de D. José, Dona Teresa é condenada sem culpa formada, levada de sua casa à ordem do Conde de Oeiras e conduzida ao Convento onde irá permanecer enclausurada durante sete anos, sem ver o sol e a lua e privada dos sacramentos. No Convento de Ferreira d’Aves escreve o longo Poema narrativo onde conta tudo isto. Por falta de leitura desse Poema,¹³ que durante mais de dois séculos se dizia “perdido”, correu – tanto em Portugal como no Brasil – uma lenda insólita, sobretudo se nos lembrarmos da rebeldia da adolescente Teresa e da sua condição de mãe prolixa: segundo a “lenda”, Teresa Margarida teria sido *uma freira* setecentista de grande erudição, autora de um romance moral e de um poema épico perdido.

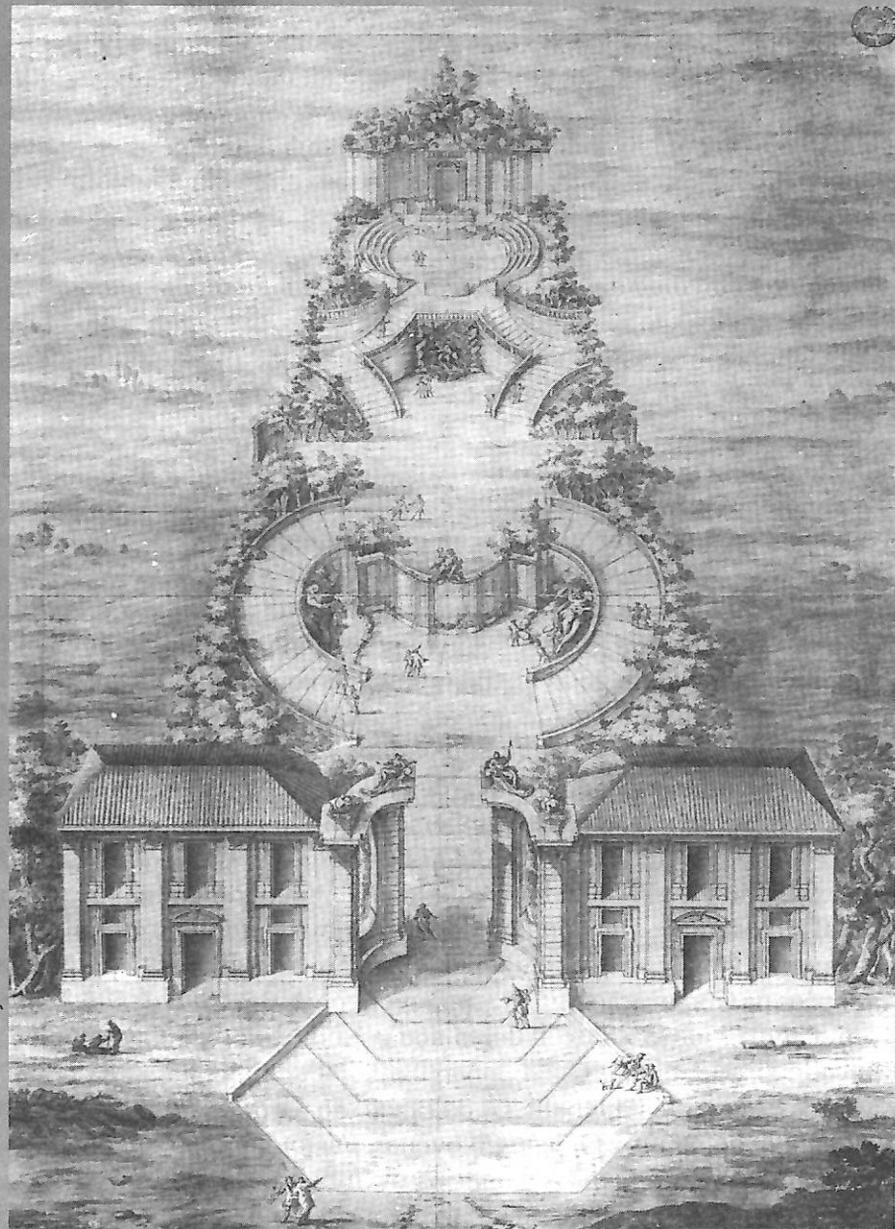
Reflexões sobre a Vaidade dos Homens, do irmão Matias Aires, teve maior e mais cordata recepção, já que ninguém pode pôr em causa o seu valor literário e filosófico, depois de ter sido tirado do esquecimento em 1920, por Solidônio Leite, que o considera um clássico (o romance de Dorothea Engrassia ainda era lido, em Portugal e no Brasil, pelas meninas dos anos 20 do nosso século). O livro de Aires Ramos da Silva de Eça saiu, exactamente, no mesmo ano das *Máximas de Virtude e Formosura* (1752) de Teresa Margarida, embora este último tenha licenças da Censura datadas de 1750, ou seja, esperara dois anos pela ordem de publicação. Matias Aires, que então ocupava alguns dos lugares de seu pai, entre eles o de oficial do Santo Ofício e provedor da Casa da Moeda, entregara o seu livro no ano em que ambos se publicam, 1752. A “subversiva modernidade” das máximas de Matias Aires, que os críticos opõem ao “moralismo” de sua irmã, nada tem que as *Aventuras* não incluam, para além de uma escrita muito mais clara, sem o labirinto da intriga e dos lugares (não se trata de experiência romanesca), uma dedicatória subserviente, uma epígrafe em latim e um nome masculino, influente na época e de fácil leitura e memorização, ao contrário do nome, anulador de identidade, de Dorothea Engrassia Taveda Dalmira. Todos os (escassos) *verbetes* sobre Teresa Margarida a ela se referem como “irmã de Matias Aires”. Basílio de

Magalhães (1939), que desconhecia o parentesco e a origem paulista da autora, pois lera apenas a edição truncada de 1818 que atribui a autoria a “Huma Senhora Portuguesa”, confessa, em carta escrita poucos meses depois de ter proferido uma conferência em São Paulo em que desprezara as *Aventuras...*: “Ignorava eu /.../ que esta escritora fosse irmã de Matias Aires. Eu a supunha portuguesa nata. *Daí a certa displicência* com que tratei o caso. Se eu soubesse, então, que a autora de *Aventuras de Diófunes* era irmã do autor da *Vaidade dos Homens* /.../”¹⁴. Sem comentários.

Tristão de Athayde vê, nas *Aventuras...*, “o espírito otimista” de Teresa Margarida, e Ivana Versiani opõe esse otimismo ao “espírito pessimista de Matias Aires”, que seriam, respectivamente, apanágio de “uma escrita feminina e masculina,”¹⁵ linha de leitura também proposta por Tristão de Athayde. Este ensaísta pretende ler uma profunda influência do irmão na escrita de Teresa, o que, para além de contrariar a idéia anterior, parece-nos difícil de sustentar, não só depois de confrontarmos as datas de escrita (o romance de Teresa foi entregue à Censura dois anos antes do do irmão), mas sobretudo porque os dois irmãos estavam de relações cortadas desde que Teresa recusara a vida do claustro. E, se existisse “influência”, não poderia ser recíproca, para não alvitarmos a outra hipótese, que seria rapidamente anulada com a acusação de “feminista”? Cremos mais acertado o comentário de Jaime Cortesão, que – não deixando, no entanto, de entrar em outras contradições – alia as “idéias” do romance à vida e obra de Alexandre, que convivia muito mais estreitamente com Teresa Margarida do que seu irmão Matias, o que não deixa de ser aludido nas máximas do *roman à clef* assinado por Dorothea: “O afeto da boa amizade é mais permanente que o amor da sanguinidade”; “A cordialidade dos parentes poucas vezes dura e o afeto da amizade rara vez acaba”.

E por que teria Matias Aires, mais velho e com menos afazeres, adiado tanto a escrita do único exemplo literário da sua vida e teimado em publicar o seu no mesmo ano do livro da irmã? Podemos concluir a alusão ao litígio com máximas de um e da outra, embora a primeira destas máximas se assemelhe a muitas das “de virtude e formosura”: “Ter liberdade e formosura juntamente é muito; ter uma cousa e perder a outra, é pouco.” (*Reflexões...*); “A sujeição a que ficaram as mulheres foi a pena da sua primeira culpa.” (*Aventuras...*).

Enquanto Teresa Margarida oferece o seu livro à Princesa do Brasil, seu irmão dedica as *Reflexões...* a D. José I, que acabara de subir ao trono. Publica, ainda, em 1771, *Problema de Architectura Civil...*, onde expõe as teorias físico-químicas em voga, ao tempo e em França,¹⁶ país onde estudara, e onde “se tornara experimentador” dessas ciências mal olhadas em países como Espanha e Portugal. Coloca um título despistante, pois – julgo eu – essas



Bosque Arcádico, de Canevari (Projeto)

experiências seriam facilmente confundidas com as da Alquimia. Teria ainda, segundo o *Dicionário Bibliográfico* do abade Barbosa Machado, três manuscritos em latim e em francês. Apenas se conhece o título de um deles, *Lettres Bohemiènes* (sic), a que o autor teria acrescentado que se estava a imprimir em Amesterdão (onde se editavam os livros susceptíveis de serem proibidos ou condenados nos países católicos). Nenhum deles foi encontrado, e o seu biógrafo Ernesto Ennes afirma ter Matias Aires destruído muitos dos seus escritos. Provavelmente, as experiências literárias e científicas deste como doutros iluministas e “estrangeirados” justificariam o terror inspirado pelo Santo Ofício, mesmo a quem, como o próprio Matias Aires, dele era oficial... Revisitamos a constante duplicidade destas personalidades, pela sua semelhança com a das personagens do romance de Teresa Margarida.

Existe grande desproporção entre o número de autores e de edições da primeira e da segunda metade do séc. XVIII luso-brasileiro, o que parece revelar não só uma *natural* evolução e as consequências de uma maior familiarização das mentalidades com as idéias do século das Luzes, mas também o temor dos ultramarinos na Corte absolutista de João V. Seguiu-se-lhe a relativa simpatia desses brasílicos, senão pelo despotismo iluminado do Marquês, pelo menos pelas medidas tomadas contra os Jesuítas no Brasil. As numerosas manifestações literárias e pseudo-literárias da intelectualidade brasílica dedicadas a D. José e ao seu Ministro são disso testemunho. No entanto, o maior número de publicações vai implicar, na segunda metade do século, um recrudescimento de perseguições e condenações, já que a Mesa Censória instituída pelo Marquês não é mais branda do que a Censura do Santo Ofício e do Paço do tempo de João V. As condenações culminam, no final do século e no reinado de D. Maria I (que mais tarde virá a enlouquecer no Brasil), com a perseguição dos árcades ilustrados, implicados na Conjuração Mineira, presos, deportados e talvez *suicidados*, e com a morte na forca do Alferes acusado de líder da Conjuração, o mitificado Tiradentes.

Muitos dos escritos dos naturais do Brasil são Sermões (numerossíssimos na 1ª metade do século), Orações, Novenas, Pastorais, Discursos, Relações ou poemas comemorativos – natalícios ou fúnebres –, e muitos poemas, epístolas, etc., congratulando-se com a inauguração da estátua equestre de D. José (1755). Muitos ultramarinos se dedicaram a traduções do latim, italiano, francês, castelhano, inglês e hebraico, o que mais uma vez demonstra a sua ilustração. Alguns aventuraram-se na tradução das “novas” filosofias, pondo em evidência o nome dos autores do original. Aproveitam, assim, a oportunidade de inculcar as idéias próprias entre as alheias.

Pelas sua erudição avançada e/ou pelo seu hermetismo, denunciador de pertença a alguma seita secreta, não poucos foram perseguidos pela Inquisição, como Bartolomeu, António José da Silva, Melo Franco ou Sousa Caldas, para lembrar apenas os mais conhecidos. Ainda estudante em Coimbra, Sousa Caldas foi internado num hospício por ordem do Santo Ofício, por ter escrito um poema indianista, “Ode ao homem selvagem”; ordenou-se em Roma e regressou ao Rio, onde a sua obra poética e os dotes de orador foram reconhecidos. Outros recorreram ao subterfúgio do anonimato e dos pseudónimos ou à sagrada camuflagem dos Sermões. João Mendes da Silva – pai de O Judeu das comédias –, autor de um poema sacro (1754), “um dos mais insignes Poetas do seu tempo” no dizer de Barbosa Machado, usa o pseudónimo de Fernando Joaquim de Sousa, por ser cristão-novo: a sua família foi perseguida e alguns dos mais próximos parentes seriam queimados pela Inquisição.¹⁷ Hipólito Furtado de Mendonça, natural da Colónia de Sacramento, nunca viu os seus trabalhos publicados em Portugal, e sofreu, em Lisboa, processos pelo crime de ser francmaçon ou pedreiro livre, sendo obrigado a fugir. As suas obras foram editadas em Amesterdão, Madrid e Londres, antes das edições brasileiras que aparecem quase cem anos depois da sua escrita. Em 1744, foi perseguido pela Polícia, Inquisição e Santo Ofício, por, alegadamente, combater a monarquia e a religião, numa época em que as sociedades maçónicas já eram entendidas e respeitadas na Inglaterra, na França e noutros países, mas não em Portugal e Espanha. Apesar de se ter formado em Direito, um dos seus livros descreve uma máquina naval de sua invenção. Escreve directamente em inglês e traduz escritos ingleses para o “vulgar” (português): uma dissertação sobre o Banco de Inglaterra, moeda, fundos e câmbio; ensaios políticos, económicos e filosóficos; e uma *História de Portugal*. No seu homízio londrino escreveu ainda uma *Gramática portuguesa e inglesa*; mais tarde, as suas memórias ou a *Narrativa...* da sua perseguição, publicada em português e em inglês, numa editora londrina (1811). As suas *Cartas sobre a Framaçonaria* foram editadas em Madrid e Londres e, no Rio de Janeiro, apenas em 1835; de 1833 é a publicação das *Instruções Maçónicas*, adoptadas por uma loja brasileira.

São de naturais do Brasil os primeiros livros para bem ensinar a ler, escrever e contar (Andrade Figueiredo, 1718), gramáticas, tratados de retórica, o *Tratado da Educação Fysica dos Meninos*, de Melo Franco (1790) – médico em Lisboa, depois de ter estudado em Coimbra: esquecemos, aqui, o *Reino da Estupidez?* –, antecedida do *Tratado da Educação Fysica e Moral dos Meninos de ambos os Sexos*, traduzido do francês por Moniz Barreto (1787), “inspirado em Locke, Buffon, Rousseau e outros” e acrescentado das observações pessoais do tradutor; dissertações de Higiene, Farmácia e

Medicina, incluindo as sobre a epilepsia e doenças palustres (Faustino Azevedo, 1793, e Pinto de Azeredo, 1799) e sobre fraturas, hemorragias e fluxos menstruais; tratados de agricultura – produção de arroz, algodão, cânhamo, açúcar, etc.– e modo de exportação dos respectivos produtos; ensaios sobre economia e política, filosofia e metafísica, artilharia, estratégia e modo de fabricar petardos, balas e bombas. Os livros mais pormenorizadamente descritos, e com mais entusiasmo, por Borba de Moraes (1969) são os de José Fernandes Pinto Alpoim, com títulos pouco promissores como *Exame de Artilheiros* e *Exame de Bombeiros* (1744 e 1748), mas constituídos por tratados que vão desde a simples aritmética à trigonometria e à técnica de fabrico de obuses. Alpoim, natural da indecisa Colônia do Sacramento, junto ao Rio de la Plata (espécie de Olivença brasileira), terá tirado o curso da Academia Militar de Lisboa ou Évora, fundadas por João V. De volta ao Brasil, é consultor de Gomes Freire de Andrada, faz planos arquitectónicos para Vila Rica, dá aulas de artilharia no Rio de Janeiro, onde também desenhou os planos de várias obras: chafariz da Praça 15, o Arco do Teles, convento da Ajuda, etc. Inventou uma máquina de querenar navios e acompanhou Freire de Andrada nas lutas com as Missões dos Sete Povos (campanha narrada por Basílio da Gama no *Uruguay*). Este engenheiro e inventor merece o entusiasmo de Borba de Moraes, pois o largo espectro dos seus conhecimentos e obras práticas fazem dele o Da Vinci brasileiro do século XVIII. Chega a governador da capitania, substituindo Freire de Andrada depois da morte deste. Testemunha a renovação dos estudos feita no reinado de João V, em especial os de matemática e engenharia, astronomia, cartografia e ciências militares. Para além de tudo isso, os seus dois livros didactico-científicos são considerados “clássicos da linguagem” e citados como modelo do uso da Língua Portuguesa no prefácio ao *Dicionário* do, também brasileiro, Moraes e Silva.

Nas ciências e artes, os livros de Química e Física, Mineralogia, Geometria, Trigonometria, Longemetria, Altimetria, Aritmética, Matemática, Farmácia ou “Botica Preciosa”, Desenho e sombras, Arquitectura.

São, ainda, da autoria de brasílicos, as primeiras audácias explícitas, como o *Discurso histórico, político e económico /.../ acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brasil*, de Baltazar da Silva Lisboa (1786); a primeira *Memoria sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos e Método de os prevenir*, de Vicente da Silva Teles, editado já em 1800; o grande *Dicionário* de Moraes e Silva, seguindo o de Bluteau; as tão imprescindíveis colectâneas de Poesia, de que salientamos *A Fénix Renascida...*, cinco volumes organizados por Matias Pereira da Silva, de 1711 a 1728, em que se incluem

apenas dois poemas de poetas nascidos no Brasil: um, do irmão do Pe. António Vieira, Vieira Ravasco, e um soneto de Bartolomeu de Gusmão (seu único texto poético conhecido); e *Postilhão de Apolo* (1761), herdeira da *Fénix...*, organizada por outro brasílico, José Ângelo de Morais.

A surpreendente *História da América Portuguesa* (1730) do bahiano Rocha Pitta mereceria um capítulo à parte. O poeta gongórico, da “Casa de sua Majestade”, dedica o seu extraordinário livro, escrito em Cachoeira, a João V, apesar de manifestar, com clareza, o sentimento nacionalista comum ao grupo dos “vassalos” brasílicos do Fidelíssimo. Estudara Direito em Coimbra e cedo regressa à Bahia. Não seguindo, evidentemente, os métodos nem a *objectividade* dos historiadores modernos, fornece, para além da história do Brasil de 1500 a 1724, informações preciosas sobre a geografia, a fauna e a flora brasílicas e os costumes ameríndios, sem falar no modo como prende o leitor e na sua linguagem, que alia excursos barrocos (ou simplesmente bahianos?) a uma limpidez que nos leva a lê-lo com muito gosto e proveito.

As mais conhecidas são as obras poéticas dos ilustres e ilustrados, que estudaram e escreveram em Portugal e/ou no Brasil, muitos deles implicados, depois, na Conjuração Mineira e todos usando o seu nome de Pastor arcádico.

As *Obras e Vila Rica* (1768 e 1773), de Cláudio Manoel da Costa (Glauceste Saturnio) e, anteriores a estas, os *Opúsculos do período coimbrão*, de 1753, de que se conhecem apenas os títulos, dados como publicados numa carta do próprio poeta. Alfredo Bosi cita apenas esses títulos de Cláudio, como se conhecesse os poemas, mas nada diz sobre eles. Antônio Cândido faz longo comentário das *Obras* e de *Vila Rica*, não aludindo aos ditos poemas, embora estabeleça como data charneira do início da Literatura Brasileira o ano de 1750, tomando “como ponto de partida as Academias dos Seletos e dos Renascidos e os primeiros trabalhos de Cláudio Manoel da Costa, /.../ a data de 1750, /é / na verdade puramente convencional.”¹⁸

Silva Alvarenga (Alcindo Palmireno), da Arcádia Ultramarina, o dos *Poemas Eróticos* (1799), tão metastasianos e tão brasileiros; do poema heróico-cómico *O Desertor*, de *Teseu e Ariadna* e outros muitos poemas; também autor da Epístola a D. José, aquando da colocação da estátua equestre, para além de um Soneto e de uma Ode com a mesma intenção laudatória.

E o nosso Gonzaga (nascido no Porto, mas filho de brasileiro e outro dos Inconfidentes), o Dirceu de *Marília* que não viveu na Corte lisboeta, mas na bucólica Arcádia e no mais longínquo exílio da Ilha de Moçambique; Alvarenga Peixoto, também Doutor por Coimbra, deportado para Angola, que, segundo a lenda, imaginara vir a ser rei do Brasil e sua filha princesa.

Não vou alargar a lista com os autores brasílicos que se aliam ao Marquês na tentativa de expulsão dos Jesuítas. Cito apenas, como exemplo, o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados Jesuítas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores e directores que regiam pelas maquinações e publicações dos novos estatutos por eles fabricados* (1771), do carioca Azeredo Coutinho – um dos elementos do grupo encarregado da reforma, grupo encabeçado por um Cardeal e pelo próprio Marquês; e a *Pastoral D. João de N.S. da Porta....*, de 1756, escrita por Santa Rita Durão, com “correções” do Ministro. Nela se culpam os Jesuítas pelo atentado contra D. José. Estas “correções” fazem pensar no novo terror do déspota iluminado, pois em 1779, em plena Viradeira, Santa Rita Durão, padre agostiniano, publica o seu longo e mais conhecido texto, o poema épico – com reminiscências da *Gesta de Anchieta*, e, assim, do Virgílio épico e bucólico, mas seguindo o modelo de estruturação e oitava rima camonianas – *Caramuru*, em que, nitidamente, o herói, criado a partir da figura histórica de Diogo Álvares Correia, natural de Viana do Castelo, a quem os índios chamam Caramuru ou filho do Trovão, tem o perfil ideológico de um Jesuíta iluminado. Santa Rita Durão é um dos padres, nascidos no Brasil, obrigado a fugir para Roma, a escrever sob pseudónimo ou num latim apressado. Enquanto esteve em Leiria, usava os seus sermões para condenar os Jesuítas, retractando-se mais tarde ao confessar serem “caluniosas acusações”. Depois da morte de D. José, regressa a Portugal e obtém uma cátedra de teologia em Coimbra. A tradução francesa de *Caramuru ou La découverte de Bahia*, suprimindo alguns episódios épicos, coloca, como subtítulo genérico, a classificação de “Roman-poème brésilien”, valorizando assim o pendor pré-romântico e indianista do poema.

O *Uruguay* de Basílio da Gama e todos os seus poemas em português, latim e italiano. E a sua dualidade ideológica, semelhante à de Durão.

E Caldas Barbosa e sua *Viola* nos salões da Lisboa palaciana de finais de Setecentos, contrapondo à frieza neo-clássica da Arcádia Lusitana e das Academias o dengue e o ritmo tropicais de suas cantigas – modinhas e lundus de que, infelizmente, só nos resta a letra – e traduções de dramas jocosos. Sem comprometimento político declarado, Caldas Barbosa, divulgando em Portugal as suas canções afro-brasileiras, terá sido, na prática e talvez sem propósito consciente, o mais subversivo do alargado grupo, porque o que se ouve com agrado fica guardado na memória afectiva.

De resto, a filosofia da errância e a nostalgia do exílio são dados adquiridos de uma mitologia judaico-cristã, contrariada pelo facto de grande parte dos emigrantes e dos imigrados, de um e do outro lado do Atlântico, se sentirem melhor do que na sua terra de origem. Os poemas do mestiço

Joaquim de Santa Ana Esbarra, considerado um *versejador medíocre* por Inocêncio da Silva, disse dão notícia, logo no título da sua colectânea: *As saudades de Lisboa no coração brasileiro...*(1791).

Independentemente das, também míticas, formas de *soidade* que, como a palavra, nos perseguem desde o séc.XIII, todos teremos genes do *Homo (africanus ?)* que procurou, fora do lago ou da savana, melhores condições de vida, num lugar de que o Éden será a metáfora invertida. Todos somos exilados: o que é belo e fantástico está Longe (como diria Drummond na “Nova canção do exílio”): esteve sempre do outro lado do Atlântico, o lado onde nós não estamos.

A primeira *cidade* (ou *civilização*) da nossa mitologia começou a ser erguida por Caim; e Abel, o sem história, foi apenas ingénuo e descuidado pastor: os seus herdeiros estarão hoje em reservas mais ou menos turísticas e, as herdeiras, de *vida fácil*, escravizadas, de passaporte cativo: brasileiras, em Lisboa; portuguesas, em Madrid...

O romance de Teresa Margarida da Silva e Orta – que nunca regressou ao Brasil, ao contrário do que pretendem certos verbetes apressados de alguns dicionários de Literatura Brasileira –, para além de se inserir neste conjunto, inaugurando a segunda metade deste *século brasílico*, diferenciando-se e inovando, contrasta, não só pelo género romanesco que experimenta seriamente – é o *único romance* –, mas também pela ousadia das suas reflexões político-filosóficas, para não aludir à audácia e originalidade de, neste todo, introduzir o *único nome feminino*.

Outra nossa pretensão, já aqui por demais revelada, seria focar o poder latente e a erudição manifesta desta plêiade de brasileiros, cujo contributo para o século das Luzes “português” se esqueceu tão facilmente, tanto de um como do outro lado do Atlântico (e, por não caberem aqui, não falamos dos grandes artistas plásticos setecentistas que nunca estiveram em Portugal). O grupo de *ultramarinos* no desterro não deixaria de se reunir, mais ou menos clandestinamente, para discutir os seus interesses a médio prazo. Uns ficaram na Corte lisboeta longo tempo, alguns acabaram por morrer neste ou noutro mais afastado homízio. Outros ainda, regressaram definitiva ou temporariamente ao Brasil, ou continuaram a sua peregrinação pelo mundo.

Todos trabalharam, talvez com o intuito declarado pelas personagens de *Aventuras de Diófanes: para que a pátria os viesse a prezar mais tarde*, pois “A ausência da pátria /.../ faz crescer os homens para que conheçam e sejam conhecidos” e “as plantas se fazem admiráveis quando transplantadas.”

Pela sua longevidade (1711-1793), condição e papel nas Cortes de João V e José I e no meio intelectual, Dona Teresa reunia todas as condições para haver contactado com muitos destes seus patrícios.

MAXIMAS
 DE
VIRTUDE,
 E
FORMOSURA,

Com que Diófanes, Clymenea, e Hemí-
 rca, Principes de Thebas, vencerão
 os mais apertados lances da
 desgraça,

OFFERECIDAS A
PRINCEZA
 NOSSA SENHORA
 A SENHORA D. MARIA
 FRANCISCA ISABEL JOSEFA ANTONIA
 GERTRUDES RITA JOANNA
 POR

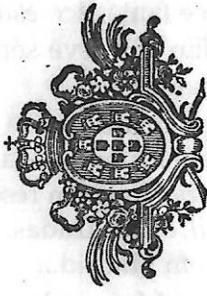
DOROTHEA ENGRASSIA
 TAVAREDA DALMIRA.



LISBOA
 Na Officina de MICHEL MANSOUR
 Impressor do Santo Officio

Anno M. dcc. lxxv.
 Com todas as licenças necessarias

AVENTURAS
 DE
DIÓFANES,
 I M I T A N D O
 O SAPIENTISSIMO FENELON
 NA SUA VIAGEM DE TELEMACO,
 POR
DOROTHEA ENGRASSIA
 TAVAREDA DALMIRA.
 SEU VERDADEIRO AUTHOR
ALEXANDRE DE GUSMÃO.



LISBOA

NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA.
 ANNO M. DCC. XC.
 Com licença da Real Mesa da Commissão Geral sobre o
 Exame, e Confirma dos Livros,
 Vendê-se na loja da Impressão Régia á Real Praça do Commercio.

Nesta passagem de século, contamos, em Portugal, com um cada vez maior número de brasileiros. Não posso deixar de associar este facto comprovado ao que aconteceu no séc. XVIII, embora as prováveis justificações e as circunstâncias de um e outro país sejam muitíssimo diferentes. Em síntese, eis a questão que assombra, hoje, muitos portugueses e brasileiros:

O séc. XXI “português” não virá a ser, como o séc. XVIII, um *século brasileiro*?

Donde virão agora novas Luzes e a Razão?

Índice iconográfico:

Pág. 271. Retrato de D. João V de Portugal, atribuído a Pier Leone Ghezzi. Óleo sobre tela (98 x 73 cm). Museu de Roma, depósito da Arcádia. Pintura realizada para a coleção dos árcades ilustres.

Pág. 277. Aparato fúnebre de D. João V de Portugal, de Emmanuel Rodrigues dos Santos. Água-forte (60 x 41,7 cm). Gabinete Comunale delle Stampe, Roma. Representa o interior da Igreja de Sto. António dos Portugueses, Roma. Túmulo régio sustentado por oito colunas cor de pórfito. Na base, sobre almofada de veludo negro, está o ceptro e a coroa real. À volta, 25 estátuas de estuque a imitar mármore, trabalhadas por Pietro Bracci. Quatro delas representam as quatro partes do mundo e sustentam a urna sobre a qual está a estátua do Rei.

Pág. 285. Projecto para a sede do Bosque Arcádico, de Antonio Canevari, c. 1725. Pena e aguarela sobre papel (113 x 74 cm). Academia Nacional de S. Lucas, Roma, Coleção dos desenhos de arquitectura do Arquivo Histórico’.

Pág. 292. Rosto da 1ª e da 3ª edição do romance de Teresa Margarida da Silva e Orta.

* Ilustrações retiradas da edição portuguesa do livro de Pier Paolo QUIETO (1990).

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

AIRES, Matias. *Reflexões sobre a Vaidade dos Homens ou Discursos Morais...* Prefácio de Violeta C. Figueiredo. Lisboa: INCM, 1980.

ATHAYDE, Tristão de. *Romances e Romancistas*. Rio de Janeiro: O Jornal, 1939.

_____. *Teresa Margarida da Silva e Horta, precursora do romance brasileiro*. Rio de Janeiro: *Revista do Brasil* n° 35, 1941.

BARBOSA, Diogo Machado. *Biblioteca Lusitana*, Vol. IV. Lisboa: 1741-1759.

BOSI, Alfredo. *Histórica Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1985.

BLAKE, Augusto A. Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: C.F.C., Tip.Nacional, 1970.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins De., 1957.

- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: I.Rio Branco, 1956.
- DALMIRA, Dorothea Engrassia T. *Máximas de Virtude e Formosura...* Lisboa: Manascal da Costa, 1752.
- _____. *Aventuras de Diófnes...* eds. de 1777 e 1790.
- ENNES, Ernesto. *Uma escritora portuguesa do séc. XVIII*. Lisboa: Bazar, 1938.
- _____. *Uma colaboradora inédita de Pombal/.../, D. Teresa Margarida da Silva e Orta*. Lisboa: *Separata da revista do Inst. Hist. e Geográfico*, 1938.
- _____. *Dois Paulistas Insignes*. São Paulo: B.P.B.C.E.N., 1952.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História da Literatura Clássica*. Vol. II. São Paulo: Anchieta, 1946.
- GUSMÃO, Alexandre de. *Relaçam da entrada publica...* Paris: P. Emery, 1715.
- _____. *Collecção de varios ineditos politicos e literarios*. Porto: F. Guimarães, 1841
- _____. *Cartas*. Lisboa: B.A.P. / INCM, 1981.
- GUSMÃO, Bartolomeu Lourenço de. *Sermam /.../ a Nossa Senhora do Desterro...* Lisboa: Galram, 1718.
- HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne*. Paris: Boivin, 1935.
- HUTIN, Serge. *Les sociétés secrètes*. Paris: PUF; trad. port. Lisboa: Inquérito, s/d.
- LIMA, Luís Costa. *O Fingidor e o Censor*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- LOCKE, John. *An Essai Concerning Human Understanding*. London: Fontana Lib., 1973.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Casos interessantes da literatura brasileira*. São Paulo: *Estado de São Paulo*, 1939.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1957-79.
- MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia brasileira do período colonial*. São Paulo: I.E.B./ SP, 1969.
- OLIVEIRA, J. P. Martins. *História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa: Guimarães, 1951.
- ORTA, Teresa Margarida da Silva e. *Aventuras de Diófnes*. Prefácio e notas de Rui Bloem. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- _____. *Poema Epico-Trágico" e "Petição à Rainha*, manuscrito séc. XVIII cedido por José Mindli.
- OLIVEIRA, J.P. Martins. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães De., 1879.
- PERES, Damião. *História de Portugal*. Vol. VI. Barcelos, s/d.
- PICCOLO, Francisco e C.M. da Costa. *Saggio sulla letteratura brasiliana de Settecento*. Roma: 1939.
- QUIETO, Pier Paolo. *D. João V de Portugal. A sua influência na arte italiana do séc. XVIII*. Lisboa: Mafra, De. ELO, 1990.
- SANTA-CRUZ, Maria de. *Crítica e Confluência em Aventuras de Diófnes (1752)*. Dissertação de Doutorado. Lisboa: FLUL, 1990.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As raízes do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Comp. das Letras, 1987.
- RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. Lisboa/S.Paulo: Liv. Horizonte, s/d.
- SILVA, Inocêncio da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imp. Nac., 1862.
- VERSIANI, Ivana. *Teresa Margarida e As Aventuras de Diófnes*. Belo Horizonte: KRITERION, UFMG, 1973/74.

Notas

- ¹ Luca Chracas (de 1716 a 1751), citado por Pier Paolo Quieto (1990).
- ² Limito a lista de oferendas do Magnânimo ao período do trabalho diplomático de Frei José Maria da Fonseca de Évora, o “Eborense”, conhecido em Roma por “Portoghese”, encarregado de negócios desde 1732, escritor, teólogo e comitente, colecionador de arte, diplomata ligado à Arcádia e à Academia de S. Lucas. A ação diplomática e humanista do Eborense alargou-se à Bósnia, Albânia e Moscovo – onde mandou edificar Hospícios para as Missões –, tendo distribuído benesses por vários santuários.
- ³ Autor da *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito*.
- ⁴ “A Júpiter, supremo Deus do Olimpo”.
- ⁵ “A seus dois filhos, persuadindo-lhes o conhecimento próprio”.
- ⁶ ...*Aventuras de Diófanes* (1752), de que falaremos em seguida. Anotamos, entre comas, as citações do romance.
- ⁷ “... as leis sempre ameaçam mais do que na realidade mandam, devendo os ministros executores delas modificá-las em tudo o que lhes for possível.”, *Cartas*, ed. cit., p. 45.
- ⁸ “... faço conta de fingir amanhã que chegou uma carta de V.Exa.”; “Eu, El-Rei, vos envio muito saudar”; “... há-de perdoar-me o escrever-lhe algumas vezes por mão alheia”; “ainda agora / as dores / me não deixam liberdade para escrever-vos de própria mão”, ed. cit., respectivamente, pp. 24, 36, 118 e 138.
- ⁹ Cf, por ex., Paul Hazard, ed. cit., passim. Hazard comenta o livro de John Locke, de 1689, cuja tradução francesa, de 1691, tem o título *Du gouvernement civil*.
- ¹⁰ Luís Costa Lima (1987), ed. cit.
- ¹¹ Documento encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa por Ernesto Ennes e publicado em *Dois Paulistas Insignes*, Vol. II (1952).
- ¹² Como se lê no “Poema Épico-Trágico” (132 oitavas, divididas por 5 Prantos) que acompanharia a “Petição à Rainha”, assinada com o seu nome de baptismo. No primeiro, explica longamente as razões por que está presa e na segunda pede a D. Maria que lhe restitua a liberdade.
- ¹³ O Poema foi, pela primeira vez, transcrito, lido e interpretado, em *Crítica e Confluência em Aventuras de Diófanes* (1752), FLUL, 1990, a partir do manuscrito com letra do séc. XVIII, que fazia parte do espólio de Rubens Borba de Moraes, adquirido por outro grande bibliófilo paulista, José Mindli.
- ¹⁴ De uma carta para e citada por Rui Bloem, in Prefácio a *Aventuras de Diófanes* (1945), da responsabilidade de Bloem (primeira edição brasileira e primeira que substitui o criptônimo escolhido pela Autora pelo seu nome de baptismo).
- ¹⁵ In *Kriterion* n° 67, UFMG, B.H., 1973-74.
- ¹⁶ Segundo Luís Camilo O. Neto, autor do Prefácio do livro de Ernesto Ennes (1952).
- ¹⁷ Não conheço o poema, mas o seu título – que faz parte da *Bibliografia...* de Borba de Moraes – não poderia ser mais cristão (ou mais subversivo?): *Christiados ou a Vida de Christo Senhor Nosso. Poema Sacro...*
- ¹⁸ Formação da Literatura Brasileira, ed. cit., Vol.I, p.25; ainda sobre este poeta arcádico, pp. 88/106 e 109/110.